

---

**PARECER Nº 0011/2025**

**ASSUNTO:** Projeto de lei que institui o Programa Alfabetização para Todos de autoria do Vereador Asinil Medeiros

**INTERESSADO:** Guilherme Álvaro Boos Maia Cardoso

**RELATORES:** David Robert Berto de Lima e Sirlei Soares

**I – RELATÓRIO**

O presente parecer tem por objetivo analisar o Projeto de Lei nº 133/2025, que propõe a criação do Programa "Alfabetização para Todos" em Balneário Camboriú, destinado a promover a alfabetização de estudantes com necessidades educacionais especiais, por meio de métodos e recursos adaptados às suas diferentes formas de aprendizagem. Apesar de suas boas intenções, o projeto apresenta diversas imprecisões, excessos de generalização e falta de fundamentação adequada no marco legal vigente.

**II – ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto utiliza a expressão "estudantes com necessidades educacionais especiais", que, embora seja termo técnico, não reflete com precisão sua utilização na legislação brasileira. Na verdade, a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) distingue explicitamente os estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou deficiência intelectual, para os quais a educação deve ser oferecida de forma inclusiva na rede regular de ensino.

Entretanto, ao afirmar que o programa beneficiará "todos os estudantes com necessidades educacionais especiais", há um equívoco, pois todos os estudantes têm necessidades específicas de aprendizagem, o que é inerente ao processo educacional e não demanda, necessariamente, de programas específicos. O foco legítimo e socialmente responsável deve estar naqueles com deficiência — condição que, por lei, demanda adaptações e políticas específicas — e não na generalização de uma condição universal.

O projeto se propõe a criar um programa com métodos, recursos e estratégias "adaptadas às diferentes formas de aprendizagem", justificando sua necessidade com base na diversidade de habilidades. Contudo, essa justamente é a diretriz do sistema de ensino público federal e municipal desde a implementação na Lei nº 13.146/2015 e nas diretrizes da Educação Inclusiva, que obriga Estados e Municípios a garantirem a inclusão de todas as pessoas com deficiência na rede regular de ensino, com o devido apoio, acessibilidade e recursos pedagógicos.

Dessa forma, a implementação de programas específicos para a alfabetização de estudantes com deficiência já encontra respaldo na legislação vigente, não havendo necessidade de criar nova legislação que, na prática, pode redundar em repetições ou até reforçar uma visão paternalista de "programas especiais" para grupos específicos, o que não condiz com os princípios da inclusão plena e igualitária.

Ao propor um programa de alfabetização separado, o projeto não considera a integração das ações de inclusão na política geral de educação, que deve promover acessibilidade, formação de professores e professoras e recursos pedagógicos acessíveis em toda a rede escolar. Focar em um programa exclusivo para estudantes com deficiência, sem a devida complementação na política de formação de professores e professoras, recursos e infraestrutura, demonstra uma visão limitada e pouco alinhada à abordagem de inclusão plena, que deve estar integrada à rotina de todas as unidades escolares.

O projeto sequer apresenta estudos ou dados que justifiquem a necessidade de um programa específico, nem discute as ações já realizadas pelo município em prol da inclusão de estudantes com deficiência, o que demonstra uma falta de planejamento e de responsabilidade na definição de políticas públicas eficazes. Além disso, a criação de um programa paralelo de alfabetização pode gerar duplicidade, desperdício de recursos e mais burocracia, além de desviar o foco de esforços que já deveriam estar sendo aplicados na ampliação de ações inclusivas integradas na rede de ensino.

### III – CONCLUSÃO E VOTO DOS RELATORES

O objetivo de garantir o direito de todos à educação deve estar vigente na legislação nacional, especialmente na Lei nº 13.146/2015, que estabelece a educação como direito de todas as pessoas com deficiência, e reforçado por políticas estaduais e municipais.

Ao propor um programa de alfabetização separado, o projeto reforça uma visão de segregação, contrária aos princípios da inclusão social, além de criar uma redundância normativa e administrativa. Em vez de proporem políticas fragmentadas, o foco deve ser a implementação, fortalecimento e universalização de ações inclusivas, acessíveis e integradas na rotina das escolas municipais, apoiadas na formação de professores e professoras, recursos pedagógicos acessíveis e na universalização da acessibilidade.

Diante do exposto, estes relatores manifestam-se **contrariamente** ao Projeto de Lei nº 133/2025, por buscar criar uma rotina segregadora e duplicidade de ações, em descompasso com as orientações e princípios que regem a educação inclusiva na legislação brasileira. Recomendamos que os esforços sejam concentrados

---

na implementação de ações inclusivas universais, que atendam às necessidades de todos os estudantes, com especial atenção àqueles com deficiência, sem necessidade de projetos isolados.

#### **IV – DECISÃO DO PLENÁRIO**

O Conselho Municipal de Educação, em reunião realizada no dia ?? de julho de 2025, deliberou pela aprovação, conforme os argumentos apresentados neste parecer.

**Professora Ma. Dayane Regina Masselai**

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Professor Me. David Robert Berto de Lima

Professora Ma. Sirlei Soares

**Relatores**